

ECONOMIA**ESTADOS PRECISAM REDUZIR FOLHA EM 2% PARA CUMPRIR LRF**

AJUSTE Após concederem reajustes reais de mais de 6% ao ano para seus funcionários, os governos estaduais precisarão fazer um ajuste drástico nas folhas de pessoal para conseguir retornar aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Diagnóstico feito pelo Banco Mundial (Bird) aponta que os Estados teriam de fazer um corte anual médio de 2% nas despesas com servidores para se adequar à lei até 2022. Em casos mais graves, como em Minas Gerais, a necessidade de redução chega a 5,4% ao ano.

De acordo com relatório lançado pelo Banco Mundial em conjunto com o Ministério da Economia, de 2003 a 2017, o avanço dessa despesa foi de 78,9% acima da inflação. O estouro do limite tem tido consequências.

Ao estrangular as finanças, os Estados acabam comprometendo a capacidade dos próprios governadores de manter em dia os pagamentos. O relatório cita que, nos últimos anos 20 dos 27 Estados e Distrito Federal atrasaram pagamentos de salários dos servidores em algum mês - ou até por mais de um mês.

79%.

acima da inflação foi o gasto dos Estados com a folha entre 2003 e 2017

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 10/10/2019	Caderno: Economia



Estados ricos devem dar o exemplo

É a hora e a vez de os municípios substituírem previdência por infraestrutura

Raul Velloso*, O Estado de S.Paulo

10 de outubro de 2019 | 04h00

Insisto na reclamação sobre a precária infraestrutura que assola o Brasil. Para se igualar à média dos países emergentes, teríamos de mais que dobrar o que fazemos.

Entretantes, a recessão já dura vários anos, é a pior de nossa história, e o número de desempregados é muito grande. Óbvio que maiores investimentos em infraestrutura seriam cruciais para nos tirar da situação difícil que vivemos. E há um papel, não tão mínimo como alguns pensam, a ser cumprido pelos entes públicos em geral.

Nestes, o município é a célula básica, especialmente numa Federação tão complexa como a brasileira. Por isso mesmo seu peso na receita pública disponível do País deve ter aumentado de 10% para algo em torno de 17% após a revisão constitucional de 1988.

Qualquer município precisa continuar gastando muito e cada vez melhor em educação e saúde, sua principal razão de existir, mas cabe a eles também investir forte em infraestrutura. Poucos sabem, mas parte relevante desse ganho de receita veio da anexação da base de incidência dos antigos impostos únicos, antes vinculados integralmente a infraestrutura, à do **ICMS**, em que 25% da arrecadação pertence exatamente aos municípios.

Só que, como mostram dados compilados pela IFI/Senado, a razão investimento/PIB dos municípios, que havia dobrado para 0,6% do PIB dos anos 50 para os 60, subiu mais 40% nos anos 70, caiu quase 40% nos anos 80, e praticamente estagnou de lá para cá. Ou seja, voltamos à década de 60.

Por outro lado, sem pessoal ativo nenhum município se move, mas a conta da previdência pública que decorre dessa máquina e recai sobre suas costas não precisava ser tão alta, como hoje é. Ou seja, é o gasto previdenciário que terá de ceder espaço para

a infraestrutura municipal, tão importante para o País, se expandir. Colegas e eu vimos isso num estudo em curso, por enquanto englobando 60% dos municípios que têm regimes próprios de previdência num Estado de grande peso econômico.

Neste caso, medem-se os custos anuais de cada ente com a função previdência pela soma das contribuições patronais com os déficits financeiros que acaso existam, ano a ano. Depois, vêm os respectivos passivos atuariais, dados pela soma destes mesmos custos ao longo, digamos, dos próximos 70 anos, descontando os termos dessa soma pelas taxas de juros que vigoram no momento.

Com base em dados do ano passado, é chocante constatar, no caso dos municípios em estudo, que quase 1/3 da amostra considerada se situe na faixa dos passivos atuariais acima da média de 1,5 vez a receita corrente líquida (RCL) anual em 2018.

Paralelamente, quase 40% da amostra tem custos previdenciários anuais acima da média de 4,1% da RCL do ano de 2018.

Em síntese, o mais dramático do que estamos tratando aqui é perceber, primeiro, que os casos extremos dos que estão simultaneamente acima da média nos dois conceitos (1,5 vez a RCL e 4,1% dela, respectivamente) representam não menos que 15% do total.

Nesse grupo, se tomarmos o que pode representar o pior caso conjunto, ou seja, 4,5 vezes a RCL e 11,8% dela, e se este comprometimento anual se repetisse em todos os anos das projeções (o que não é verdadeiro, pois há sempre muita oscilação ano a ano), sem nada piorar à frente e também na ausência de qualquer reforma, precisaríamos sufocar a gestão municipal igualmente durante 38 anos para zerar o passivo atuarial.

Dito de outra forma: se pegássemos o caso de maior passivo (7,1 vezes a RCL para custo anual de 2,2% dela), seriam 323 anos (?!), supondo a viabilidade de pagar apenas 2,2% da RCL ao ano.

Moral da história: como diria Guimarães Rosa, é a hora e a vez de os municípios substituírem previdência por infraestrutura. Dito de forma mais precisa, trata-se de

equacionar as previdências públicas ou zerar os passivos atuariais respectivos. E os Estados mais ricos, como sempre, deveriam dar o exemplo.



Senado aprova PEC dos precatórios, mas mantém prazo de dívidas alimentícias

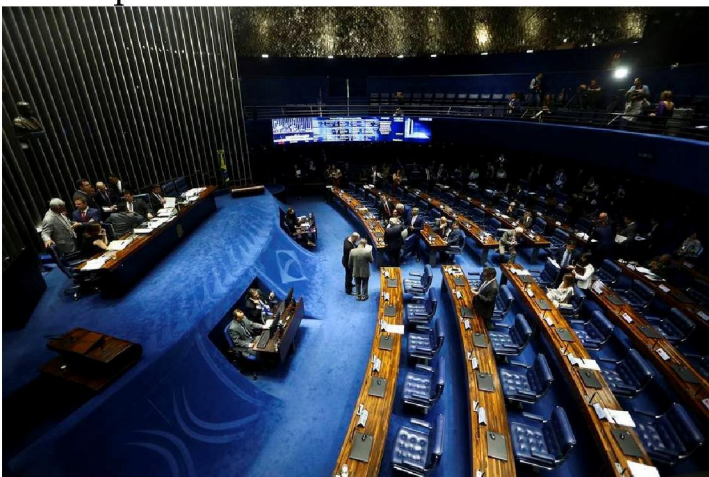
As mudanças feitas no plenário, devem diminuir o alívio financeiro a Estados de R\$ 7 bilhões para R\$ 3,8 bilhões por ano

Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

09 de outubro de 2019 | 20h05

BRASÍLIA - O **Senado** aprovou, nesta quarta-feira, 9, uma proposta que prorroga por mais quatro anos o prazo para que Estados e municípios paguem seus precatórios (dívidas geradas após decisões da Justiça) a empresas e pessoas físicas, com exceção das dívidas de natureza alimentícia. Pelo texto aprovado, o prazo para quitação dos débitos será 31 de dezembro de 2028 - o prazo atual era fim de 2024. O texto agora

As mudanças feitas no plenário, de acordo com o autor da PEC, **José Serra (PSDB-SP)**, diminuem o alívio financeiro a Estados de R\$ 7 bilhões para R\$ 3,8 bilhões por ano, já que 78% dos precatórios na média dos governos regionais são de natureza alimentícia. Estas permanecem com prazo de vencimento até 2024. O senador ponderou, no entanto, que o projeto continua beneficiando governos estaduais e municipais.



O plenário do Senado Federal Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Em 2015, uma decisão do **Supremo Tribunal Federal (STF)** obrigou que os precatórios de Estados e municípios fossem pagados integralmente até 2020. O Congresso então aprovou uma proposta que estendia o prazo da quitação para 2024. A PEC dos precatórios aprovada nesta quarta-feira, 9, faz um novo adiamento dos

pagamentos. O texto é um dos itens do chamado pacto federativo, pacote que dá alívio para cofres públicos de Estados e municípios e que é colocado como condição para aprovação da reforma da Previdência.

A proposta foi aprovada por unanimidade na terça-feira, 8, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e em dois turnos no plenário desta quarta-feira, 9. No plenário, o relator do texto, Antonio Anastasia (PSDB-MG), aceitou uma emenda apresentada pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). A emenda deixa claro que os precatórios de natureza alimentícia, que compreendem aqueles decorrentes de salários, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, permanecem com vencimento até 2024. Os demais precatórios devidos a pessoas físicas terão prazo adiado.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 10/10/2019	Coluna: Economia



REFORMA TRIBUTÁRIA: PROPOSTA DO GOVERNO VAI PREVER REVISÃO DE R\$ 100 BI EM SUBSÍDIOS, DIZ SECRETÁRIO



10 Outubro, 2019

O secretário de Avaliação e Planejamento do Ministério da Economia, Alexandre Manoel, afirmou ao G1 que a proposta de reforma tributária do governo vai prever a revisão até 2022 de cerca de R\$ 100 bilhões concedidos por meio de subsídios (renúncias fiscais). A proposta deve ser enviada ao Congresso Nacional nas próximas semanas e, simultaneamente, a Câmara dos Deputados e o Senado já discutem projetos de reforma tributária. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito que espera aprovar as mudanças ainda neste ano.

No ano passado, os subsídios concedidos pelo governo corresponderam a 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB), chegando a R\$ 314 bilhões. Segundo o secretário Alexandre Manoel, a ideia é reduzir os incentivos nos próximos anos a 2% do PIB, percentual semelhante ao registrado em 2003. De acordo com Manoel, a revisão de cerca de R\$ 100 bilhões em renúncias fiscais acontecerá durante os próximos três anos e a ideia é revisar cerca de R\$ 35 bilhões (0,5% do PIB) a cada ano. O secretário explica que a medida não representa, necessariamente, a eliminação dos subsídios.

Isso porque poderá ser feita a “realocação” de recursos, ou seja, o governo pode eliminar alguns subsídios, autorizar novos ou substituir alguns já existentes. “Esse plano [revisão dos subsídios] vai ser apresentado junto com a reforma tributária. [...] O ministro está muito determinado a fazer a redução dos gastos tributários”, afirmou. Os gastos tributários mencionados pelo secretário consistem na perda de arrecadação do governo com a redução de tributos em caráter “compensatório” ou “incentivador” para setores da economia, regiões do país ou pessoas físicas.

A deputada federal Lídice da Mata (PSB) disse que a reforma tributária é “importante”. Para ela, a reforma não deve ser apenas desburocratizante, mas justa, solidária, que não penalize o consumo. “Que seja mais justa para a população. Eu defendo que haja taxação de grandes fortunas e rendimentos, pois são temas que interessam ao Brasil, independente de ideologia. Vamos buscar dialogar com diversos partidos”, ressaltou em seu perfil nas redes sociais.

Foto: divulgação portalgamesmagazine

SERVIÇO PÚBLICO PAGA MAIS QUE PRIVADO, APONTA ESTUDO

SALÁRIO Um estudo do Banco Mundial apontou que os servidores federais têm, em média, um salário 96% maior que profissionais da iniciativa privada em cargos semelhantes, na mesma área de atuação. O levantamento foi feito com base em dados de 2017.

De acordo com o Banco Mundial, a diferença no Brasil entre os salários do setor público federal e do privado é a maior dentre os 53 países comparados pela instituição financeira. E fica acima da média internacional, de 21%.

O estudo também mostrou que reajustes salariais acima da inflação dados a servidores foram o principal motor para o aumento da folha de pagamentos dos funcionários ativos da União e dos estados.

O gasto com funcionários ativos é, atualmente, o segundo maior grupo de despesa do governo federal, atrás apenas da Previdência. “Grande parte da pressão nas contas públicas vem da folha de pagamentos e da Previdência, que caminham juntas”, explica Daniel Ortega, especialista do Banco Mundial.

96%

**a mais de
salário tem
o servidor
federal que o
trabalhador
da iniciativa
privada**

FOLHA DE S.PAULO



Banco Mundial recomenda que Brasil limite salário de servidor e reduza contratações

Medidas para mitigar distorções podem gerar economia acumulada de R\$ 389 bilhões até 2030

9.out.2019 às 8h30

Atualizado: 9.out.2019 às 8h46

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/10/10/>)

Bernardo Caram

BRASÍLIA Diante de um diagnóstico de compressão das contas do governo e distorções no serviço público, o Banco Mundial recomendou ao Brasil (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rafael-munoz/2019/10/gestao-de-pessoas-e-folha-de-pagamentos-no-setor-publico-brasileiro-o-que-os-dados-dizem.shtml>) que promova uma reforma administrativa para levar os gastos com pessoal a um patamar sustentável.

Estudo apresentado nesta quarta-feira (9) sugere a aplicação de ações como redução de rendimentos iniciais dos servidores, aproximação dos salários aos praticados pelo setor privado e aplicação efetiva de avaliação de desempenho para progressão de carreira.

Se colocadas em prática, as medidas indicadas poderiam gerar uma economia acumulada de R\$ 389 bilhões até 2030.

Na avaliação da entidade, que realizou o estudo a pedido do governo brasileiro, o país está diante de uma janela de oportunidade que pode abrir caminho para maior eficiência no gasto público com pessoal, desde que seja

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

O país está passando por um pico no número de servidores

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/bolsonaro-deve-enviar-nova-regra-de-ouro-e-reforma-de-servidores-nos-proximos-dias-diz-maia.shtml>) que estão aptos à aposentadoria. Dados disponibilizados pelo governo federal apontam que 26% do efetivo que está hoje na ativa deve se aposentar até 2022.

Em 2030, o Banco Mundial estima que quase um quarto da folha de pagamentos do governo federal (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/sao-paulo-poupara-r-23-bilhoes-ao-ano-com-decisao-que-desobriga-reajuste-a-servidor.shtml>) será composto por servidores contratados a partir deste ano.

"A racionalização do sistema de carreiras, aliada a reformas que reduzam salários iniciais (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/na-crise-so-salario-de-servidor-cresce-e-distancia-para-setor-privado-e-recorde.shtml>) e alinhem a progressão em carreira com desempenho e experiência, é capaz de aliar ganhos de eficiência e redução de gastos, com impacto já nos próximos anos", diz o documento.

De acordo com o banco, o total de servidores aumentou mais de 80% em 20 anos. No mesmo período, o crescimento da população brasileira foi de aproximadamente 30%.

Ainda assim, o número não é tão alto em relação a outros países. O maior problema, segundo o órgão, é o custo.

No Brasil, o servidor público federal tem salário

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/na-crise-so-salario-de-servidor-cresce-e-distancia-para-setor-privado-e-recorde.shtml>) médio 96% mais alto que um trabalhador do setor privado com as mesmas características de qualificação, gênero e região.

De 2008 a 2018, o gasto do governo com pessoal ativo teve um crescimento médio de 2,5% ao ano acima da inflação. O percentual engloba a alta de despesas com reajustes salariais e com o aumento do número de servidores.

Dados deste ano mostram que quase metade dos trabalhadores do serviço público federal tem salário superior a R\$ 10 mil.

Na avaliação do Banco Mundial, uma combinação de fatores torna o gasto

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

para chegada ao topo da carreira é curto.

Há ainda distorções nas progressões, já que os pagamentos que deveriam ser relacionados a desempenho normalmente são feitos de forma linear a todos os servidores da carreira.

"Os altos salários iniciais de alguns servidores limitam o espaço para reajustes, o que contrasta com o setor privado, onde os salários iniciais mais baixos são combinados com oportunidades de progressão salarial e bônus", afirma.

A entidade recomenda que os salários de entrada sejam menores e que haja redução na diferença entre os rendimentos dos profissionais do setor público em comparação com o privado.

Se o rendimento inicial tiver um teto de R\$ 5.000, a economia prevista é de R\$ 104 bilhões até 2030. Eventual redução mais suave, de 10% dos atuais salários iniciais, teria impacto de R\$ 26 bilhões.

Caso a reposição dos quadros fosse de um novo contratado para cada aposentado, o gasto seria reduzido em R\$ 52 bilhões. O alívio gerado com um congelamento de salários por três anos e posteriores reajustes apenas pela inflação seria de R\$ 232,6 bilhões até 2030.

O estudo sugere ainda que a estrutura salarial permita pagamentos mais elevados com base no desempenho, além de aumento do intervalo para promoções e redução dos reajustes entre cada nível.

O banco também considera importante uma redução no número de carreiras –hoje, são mais de 300 na administração federal. A ideia é tornar as funções mais genéricas e transversais, permitindo maior mobilidade de servidores.

Para os elaboradores do estudo, é necessária uma revisão dos benefícios concedidos. Hoje, existem 179 tipos de gratificações. Desse total, 105 são carregadas após a aposentadoria.

Com o objetivo de dar mais eficiência à gestão, o banco sugere que, por meio

todo servidor (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/governador-do-rs-apresenta-reforma-administrativa-e-da-previdencia-de-servidores.shtml>) entra no primeiro nível, o que dificulta a ida de profissionais mais experientes do mercado para o serviço público.

O governo Jair Bolosnaro finaliza um pacote de propostas de reforma administrativa (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/reforma-administrativa-preve-fim-da-estabilidade-de-servidor.shtml>). A maior parte das sugestões feitas pelo Banco Mundial estão em estudo pela equipe econômica e devem compor as medidas do governo.

O estudo apresentado nesta quarta também analisa a situação nos estados, que é ainda mais crítica. Doze entes já estouraram o limite de gastos com pessoal e sete declararam situação de calamidade financeira.

Os problemas observados nos estados são semelhantes aos de nível federal. Até 2017, o aumento médio de salário dos servidores estaduais foi de 4% ao ano acima da inflação.

O banco aponta o esforço que alguns estados deveriam fazer para retornar os gastos ao patamar autorizado por lei.

Minas Gerais, por exemplo, teria de reduzir as despesas com pessoal em 5,4% ao ano em termos reais até 2022 para atingir o objetivo. A queda teria de ser de 4,8% em Mato Grosso do Sul; 3,6% no Rio Grande do Norte; e 3,3% no Rio de Janeiro.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

FOLHA DE S.PAULO



ANÁLISE

Reforma do Estado será bombardeada pelos que ganham mais

Com remunerações crescentes, servidores tiveram autonomia para criar novas carreiras

10.out.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/10/10/>)

Fernando Canzian

A proposta de reforma administrativa que o governo deve enviar em breve ao Congresso enfrentará forte resistência dos grupos mais bem protegidos e remunerados do mercado de trabalho.

Na prática, é irrisório o número de servidores federais nas três esferas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/banco-mundial-recomenda-que-brasil-limite-salario-de-servidor-e-reduza-contratacoes.shtml>) (Executivo, Legislativo e Judiciário) que ganham menos do que R\$ 2.500 ao mês –valor acima da média geral dos rendimentos do trabalho no país (R\$ 2.300) e superior à renda mensal disponível de quase a metade das famílias brasileiras (R\$ 1.996).

No setor público, a regra são salários superiores a R\$ 7.500 para servidores de nível médio no Executivo e acima de R\$ 10 mil para os de nível superior.

Nos casos do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público federais, há forte concentração em rendimentos ainda maiores

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/banco-mundial-recomenda-que-brasil-limite-salario-de-servidor-e-reduza-contratacoes.shtml>)

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

[reduza-contratacoes.shtml](#)), a ponto de dois terços dos servidores de nível superior do Legislativo ganharem mais de R\$ 30 mil por mês (ver quadro).



Reforma do Estado será bombardeada pelos que ganham mais; com remunerações crescentes, servidores tiveram autonomia para criar novas carreiras - Gabriel Cabral/Folhapress

Além de terem conquistado remunerações crescentes na comparação com o resto da sociedade, os servidores das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) tiveram autonomia crescente nos últimos 20 anos para modificar ou criar carreiras.

Isso encurtou em décadas o tempo mínimo de promoção, que, em muitos casos, passou a ser automática –desestimulando o aperfeiçoamento e a produtividade dos que chegaram rapidamente ao topo.

Assim, só no Executivo federal existem hoje 309 carreiras, representadas por

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

situação também reproduzida, em menor número, nos 5.570 municípios do país.

Mas é preciso ponderar que, nas esferas estadual e municipal, o nível de remuneração não só é mais baixo e o número de funcionários, maior, como grande parte dos servidores (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/na-crise-so-salario-de-servidor-cresce-e-distancia-para-setor-privado-e-recorde.shtml>) participam prioritariamente de atividades diretamente voltadas à população.

No caso dos municípios, onde estão cerca de 60% dos funcionários públicos do país, mais da metade dos servidores são médicos, enfermeiros, agentes de saúde e professores.

Nos estados, que reúnem cerca de 30% dos trabalhadores do setor público, quase dois terços são ligados às áreas de saúde, educação e segurança.

Mas, na média, até os funcionários públicos com a pior remuneração (municipais da região Nordeste) ganham acima do valor médio de todos os rendimentos do trabalho no país (R\$ 2.385 ante R\$ 2.300).

No caso dos servidores estaduais, a média vai de R\$ 4.902 ao mês na região Norte a R\$ 6.619 no Centro-Oeste.

Além de receber salários acima da média geral, a maioria dos servidores tem estabilidade, o que a protege de demissões em ciclos recessivos.

Nos últimos 20 anos, marcados por crises na economia, as três esferas de governo também aumentaram em 83% o total de servidores. Eles somam hoje 11,5 milhões (10,1 milhões com estabilidade).

Alguns especialistas argumentam que a estabilidade é fundamental para preservar a independência do funcionalismo quando há troca de governantes, mas que é inconcebível hoje não haver mecanismos de punição ou eventuais demissões por falhas no desempenho da função.

Mas o mais importante, e o que a reforma administrativa deveria trazer

a criação de mecanismos que permitam reduzir desembolsos com salários e as novas contratações quando houver despesas acima das permitidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto de gastos públicos.

Na próxima terça (15), a recém-criada Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (com 235 deputados e 6 senadores) deverá lançar um estudo técnico dando sua própria versão sobre o custo, a eficiência e o tamanho da máquina pública.

Segundo seu coordenador, o deputado Professor Israel (PV-DF), o objetivo é acabar com “mitos” que envolvem o funcionalismo e evitar uma “discussão raivosa que possa vir a enfraquecer o Estado brasileiro”.

Israel adianta que não é contra a criação de parâmetros “técnicos” para a avaliação de servidores, mas diz ser “natural” que a remuneração deles seja mais elevada em função da “exigência educacional a que estão submetidos”.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/reforma-do-estado-sera-bombardeada-pelos-que-ganham-mais.shtml>

FOLHA DE S.PAULO



Reforma administrativa avalia efetivar novo servidor depois de ele ser trainee

Além desse cargo inicial, cogita-se a criação do servidor temporário e do sem estabilidade

10.out.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/10/10/>)

Bruna Narcizo

SÃO PAULO Dentro da proposta de reforma administrativa

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/banco-mundial-recomenda-que-brasil-limite-salario-de-servidor-e-reduza-contratacoes.shtml>), que está sendo preparada pelo governo federal para reorganizar carreiras, a equipe econômica avalia criar um cargo de ingresso — uma espécie de trainee. Pelo projeto, o novo servidor (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/reforma-do-estado-sera-bombardeada-pelos-que-ganham-mais.shtml>) só seria efetivado se cumprisse critérios de bom desempenho nessa fase inicial, que teria dois anos.

A proposta é que a regra também seja válida para o ingresso de juízes e promotores.

Segundo integrantes do governo que defendem a reestruturação do serviço público (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/banco-mundial-recomenda-que-brasil-limite-salario-de-servidor-e-reduza-contratacoes.shtml>), o cargo não seria chamado de trainee na Constituição. Está em análise a escolha de uma denominação que possa definir o espírito da nova função.

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

O texto final ainda precisa passar pelo crivo do ministro Paulo Guedes (Economia) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/guedes-avalia-compensar-desoneracao-com-iva-maior-e-fim-de-beneficios-tributarios.shtml>). Depois, seguirá para a Casa Civil.



Paulo Guedes (Economia) durante audiência deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Gustavo Ranieri/ASCOM

Além do trainee, a equipe responsável pelo projeto no Ministério da Economia estuda a fixação de outras categorias dentro do serviço público federal (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rafael-munoz/2019/10/gestao-de-pessoas-e-folha-de-pagamentos-no-setor-publico-brasileiro-o-que-os-dados-dizem.shtml>). Estão em análise mais quatro cargos, mas ainda não se sabe quais e quantos serão incluídos no projeto.

A meta é concluir os trabalhos ainda nesta semana.

Hoje existem dois tipos de carreiras: servidores comissionados e os com estabilidade.

brasileiro —o militar temporário, que não segue carreira e pode permanecer até oito anos na posição.

Também estuda-se a criação do cargo de servidor sem estabilidade e reformulações no serviço com estabilidade.

Está em análise retirar a estabilidade de funções operacionais mais simples.

Secretárias, responsáveis por serviços de recursos humanos, assistentes de TI (Tecnologia da Informação) e equipes de limpeza são exemplos de funções que perderiam a estabilidade, com possibilidade de demissão sem justa causa dentro de dois critérios: em caso de restrição orçamentária da União ou quando a função deixar de ser desempenhada pelo Estado.

Quem já é servidor público e tem estabilidade

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/na-crise-so-salario-de-servidor-cresce-e-distancia-para-setor-privado-e-recorde.shtml>), bem como os novos servidores nessa categoria não poderiam ser demitidos sem justa causa.

A estabilidade é considerada pelos formuladores da reforma como um direito adquirido, presente nas cláusulas pétreas da Constituição.

No entanto, tanto os novos quanto os antigos servidores

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/reforma-do-estado-sera-bombardeada-pelos-que-ganham-mais.shtml>) poderiam ter horários e salários reduzidos, proporcionalmente, em caso de crise fiscal.

Um exemplo: auditores fiscais e do trabalho são funções, dentro da proposta do governo, que preservariam a estabilidade.

No entanto, esses profissionais poderiam ter os seus vencimentos reduzidos, juntamente com a jornada de trabalho, se o governo federal sofrer problemas orçamentários que limitem a sua capacidade financeira.

Por fim, o quinto cargo em análise são os comissionados, que continuam a seguir as regras já em vigor. Na maioria das vezes, o servidor comissionado é empossado mediante uma indicação política e não possui estabilidade.

A equipe responsável pela formulação dessa reforma tem a expectativa de que o pacote de novas regras possa ser adotado também por estados e municípios.

O projeto deve ser apresentado para o Congresso logo após a aprovação da reforma da Previdência, na mesma semana ou na seguinte. Já as leis que regulamentam a reforma administrativa, devem ser votadas no final de abril de 2020.

Em setembro, a **Folha** apresentou outras diretrizes que o governo pretende incluir no pacote que será enviado ao Congresso

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/reforma-administrativa-preve-fim-da-estabilidade-de-servidor.shtml>).

Entre as mudanças, está o corte do total de carreiras para algo entre 20 e 30, número que ainda passa por avaliação. Hoje, são 117 carreiras que abrigam mais de 2.000 cargos.

Também está em estudo a reestruturação do sistema de remuneração e de promoções. O objetivo é fazer com que os rendimentos dos servidores fiquem mais próximos aos praticados pelo setor privado.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

FOLHA DE S.PAULO



Fernando Schuler (/colunas/fernando-schuler/)



Reforma administrativa ou do Estado?

Quando o governo abriu mão de executar serviços, produziu resultados muito melhores

10.out.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/10/10/>)

Acho ótimo que o governo e o Congresso coloquem em pauta a reforma administrativa (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/reforma-administrativa-preve-fim-da-estabilidade-de-servidor.shtml>). Nosso setor público quebrou. O governo deve investir 0,3% do PIB no ano que vem, e as despesas obrigatórias engessam 94% do Orçamento federal. E há um problema de qualidade nos serviços públicos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/maia-diz-que-reforma-tributaria-administrativa-e-saneamento-sao-prioridades.shtml>), cuja conta é paga pelos mais pobres.

O Brasil andou na contramão nos anos 1980. Enquanto o mundo tratava de ajustar o Estado à globalização e modernizar a gestão pública, o Brasil apostou em um super Estado burocrático (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/gasto-com-servidores-vai-a-r-928-bi-e-atinge-maior-patamar-da-historia.shtml>) na Constituição de 1988. Oferecemos estabilidade rígida no emprego para os servidores, misturamos carreiras de Estado com carreiras comuns do serviço público, criamos a lei das licitações, engessamos os orçamentos e eliminamos qualquer espaço para a meritocracia na área pública.

Criamos um Estado competente para administrar amplos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o BPC, mas cronicamente incapaz de gerenciar uma escola ou um posto de saúde.

O resultado é conhecido. A classe média tratou de fugir dos serviços públicos e migrou para o setor privado. Escola particular, saúde e previdência privadas. Os mais pobres ficaram reféns do Estado e sua tragédia. Nas filas do SUS, na escola que não funciona. E não raro nas unidades socioeducativas, quando tudo dá errado.

O Estado, que era para produzir equidade, produziu o oposto: aumentou ainda mais o fosso da nossa desigualdade. Não porque “concentrou renda”, como anda na moda discursar, mas pela incapacidade de garantir oportunidades básicas minimamente iguais para todos.

Nos anos 1990, ensaiamos um ciclo virtuoso de reforma do Estado. Surgiu a figura das organizações sociais e a contratualização de serviços públicos. Aprovou-se a emenda 19 à Constituição, que, entre outras coisas, determinou a avaliação dos servidores públicos e a possibilidade da demissão por insuficiência de desempenho. Em 2000, veio a Lei de Responsabilidade Fiscal (<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u61932.shtml>).

Depois disso, andamos em marcha lenta. O modelo das organizações sociais pouco andou, na esfera federal, ainda que tenha avançado em muitos estados, a começar por São Paulo, com as OSs de saúde e cultura. A avaliação dos servidores nunca foi regulamentada pelo Congresso. Faz 20 anos, e não consta que o Supremo tenha se mexido para lidar com isso, sob o argumento da “omissão legislativa”.

A PEC do Teto (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/teto-de-gastos-deve-impor-restricao-ainda-maior-ao-orcamento-de-2020.shtml>), no final de 2016, terminou por escancarar a falência do Estado brasileiro. Ou colocamos um artigo, na Constituição, que nos obriga a fazer reformas de verdade, ou afundamos de vez. É o ponto em que nos encontramos.

O risco é cair na ilusão de que basta uma reforma fiscal, que corte despesas, combata “privilégios”, mas mantenha intacta a lógica de um Estado

estruturalmente ineficiente. Isso seria a cara de um país medíocre. O desafio é ir além: mexer na governança do Estado, na qualidade da oferta dos serviços públicos.

O país deu passos tímidos nesta direção com a lei de governança das estatais e, mais recentemente, a nova lei das agências reguladoras. O governo anuncia um amplo programa de privatizações e concessões de parques e presídios, o que é positivo, mesmo que tudo pareça ainda bastante incerto.

Não acho que deveríamos reinventar a roda neste tema. Há uma experiência brasileira em reforma do Estado, que sinaliza um caminho. Basta ir ao oeste do Paraná e observar a concessão do parque do Iguazu, no entorno das Cataratas; visitar a periferia de Belo Horizonte e conhecer as escolas em modelo PPP; andar pelo antigo centro do Rio de Janeiro e fazer uma visita ao Museu do Amanhã, e depois dar um pulo na Floresta da Tijuca para conhecer o Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada). E quem sabe terminar a semana assistindo a um concerto da Osesp, na Sala São Paulo.

Os exemplos têm um ponto em comum: o governo abriu mão de executar serviços e terminou produzindo resultados muito melhores. O governo recuou, não abriu concurso, não inchou a máquina do Estado ou a previdência pública. Manteve seu perfil enxuto e sua função de inteligência, deixando de fazer o que a sociedade e o mercado podem fazer melhor.

Não há nenhum grande mistério aí. Basta um pouco de bom senso, disposição para aprender e não pensar o Brasil a partir dos interesses corporativos. No fundo é este o desafio da reforma do Estado, se é que desejamos pensar com alguma ousadia.

Fernando Schuler

Professor do Insper e curador do projeto Fronteiras do Pensamento. Foi diretor da Fundação Iberê Camargo.

[sua assinatura pode valer ainda mais](#)

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](#))

FOLHA DE S.PAULO



Congresso aprova LDO de 2020 e estima salário mínimo de R\$ 1.040

Lei de Diretrizes Orçamentárias não prevê reajuste real

9.out.2019 às 16h27

Atualizado: 9.out.2019 às 19h09

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/10/10/>)

Danielle Brant

Angela Boldrini

BRÁSILIA O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (9) o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2020 com salário mínimo reajustado somente pela inflação e despesas com custeio e investimentos no patamar mínimo histórico.

A LDO define as prioridades para a LOA (Lei Orçamentária da União), o Orçamento da União. Depois de aprovado, o projeto volta ao Executivo para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PSL) (<https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro/>). O texto final foi aprovado por votação simbólica.

O reajuste do salário mínimo (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/governo-avalia-autorizar-congelamento-do-salario-minimo.shtml?>) foi o grande ponto de divergência entre os parlamentares. O PT queria modificar o texto para assegurar ganho real – além da reposição inflacionária, o partido queria a variação do PIB (Produto Interno Bruto) relativo a 2018.

Parlamentares e aliados do governo, no entanto, conseguiram derrubar a

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

equipe econômica estimavam que, a cada R\$ 1 de acréscimo, haveria um impacto de cerca de R\$ 300 milhões. O impacto, com o ganho real, poderia chegar a R\$ 3,3 bilhões, sem contar o efeito sobre estados e municípios.

Mesmo com o destaque derrotado, será a primeira vez que o piso salarial ultrapassa a barreira de R\$ 1.000. Atualmente, o salário mínimo é de R\$ 998.

Pela LDO, o valor do mínimo aprovado nesta quarta seria de R\$ 1.040. No PLOA (projeto de lei orçamentária), o valor é menor, de R\$ 1.039

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/governo-propoe-salario-minimo-de-r103900-para-o-ano-que-vem.shtml>

–o governo reduziu a estimativa em meio a uma expectativa de inflação menor.

Com o cálculo mantido, o salário mínimo será corrigido apenas pela inflação em 2020. Na prática, o governo interrompe uma política pública que permitiu 25 anos de ganhos reais aos trabalhadores. Ou seja, com aumentos que consideravam a inflação mais o crescimento da economia.

O texto aprovado prevê a possibilidade de reajuste para servidores civis, embora vede a possibilidade em auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-moradia e assistência pré-escolar.

A LDO também estabelece que recursos para Educação não estarão sujeitas a contingenciamentos ou limitações de empenhos orçamentários. Neste ano, o ministério da Educação chegou a ter mais de R\$ 7 bilhões bloqueados por causa da grave crise fiscal enfrentada pelo país.

O projeto estima o déficit primário para 2020 em R\$ 124,1 bilhões, ante rombo de R\$ 139 bilhões neste ano. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) foi projetado em 2,7% no próximo ano.

A elevação do fundo de financiamento de campanha, que havia sido prevista pelo relator Cacá Leão (PP-BA) em seu texto, foi retirada. Pela redação que saiu da CMO (Comissão Mista de Orçamento), o fundo contaria com um teto de 0,44% da receita corrente líquida, o que somaria R\$ 3,7 bilhões. Para aprovar o projeto, Cacá Leão removeu a previsão, que agora será definida na

Em 2020, o governo estima que terá R\$ 89,2 bilhões para as chamadas despesas discricionárias (não obrigatórias), que incluem gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo.

Membros da equipe econômica avaliam que são necessários pelo menos R\$ 100 bilhões ao ano nessa conta para que a máquina pública opere no limite, sem risco de apagão dos serviços.

Em 2019, por exemplo, o governo iniciou o ano com autorização para gastar R\$ 129 bilhões com essas despesas não obrigatórias. O fraco desempenho da economia e a frustração nas receitas, porém, levaram a cortes nas verbas de ministérios, levando essa cifra a R\$ 97,6 bilhões.

Com esse valor, a gestão pública já começou a ser afetada. Treinamentos, viagens e grupos de investigação da Polícia Federal sofreram restrições. Bolsas de estudos foram cortadas pelo CNPq

(<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/09/bolsistas-do-cnpq-temem-nao-ter-como-estudar-e-onde-morar.shtml>)

(Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agência federal de fomento à pesquisa).

Para economizar despesas, o Exército autorizou corte de expediente de trabalho.

Do total de R\$ 89,2 bilhões de gastos que podem ser cortados em 2020, R\$ 69,8 bilhões são de custeio e R\$ 19,4 bilhões de investimento.

O esmagamento das despesas discricionárias foi provocado, por um lado, pela regra do teto de gastos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/teto-de-gastos-em-debate/>), que impede o crescimento dos gastos públicos acima da inflação. Ao mesmo tempo, os gastos obrigatórios da União não param de subir desde 2014. o que faz com que as despesas discricionárias sejam estranguladas.

Enquanto as despesas discricionárias recuam, os gastos obrigatórios da União não param de subir desde 2014. A previsão é que, em 2020, essas

despesas, que incluem aposentadorias e salários, alcancem 94% do total do Orçamento.

Quando a peça orçamentária de 2019 foi apresentada, a proporção estava em 93%. Após bloqueios no Orçamento dos ministérios, alcançou 94% já neste ano.

Para tentar controlar o avanço dos gastos obrigatórios, o governo quer aprovar a reforma da Previdência (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia/>) ainda este ano. O efeito da medida, contudo, é maior no longo prazo.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/congresso-aprova-reajuste-do-minimo-somente-pela-inflacao-em-2020.shtml>

FOLHA DE S.PAULO



Igor Gielow (/colunas/igorgielow/)

igor.gielow@grupofolha.com.br (mailto:igor.gielow@grupofolha.com.br)



Radicalização de Bolsonaro e crise fiscal sugerem impasse perigoso

Medidas podem levar a ruas indóceis e a Congresso mudo, estimulando autoritarismos

9.out.2019 às 7h30

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/10/10/>)

Nas eleições de 1990, Fernando Collor de Mello

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/para-collor-bolsonaro-ganharia-muito-se-retirasse-a-ideologia-de-seu-governo.shtml>)

já não gozava da popularidade que o havia levado ao Planalto, mas ainda assim a sigla hospedeira de sua aventura presidencial, o PRN, viu eleitos 40 deputados federais.



Bolsonaro é abraçado por Rodrigo Maia após passagem pela Câmara dos Deputados - Pedro Ladeira - 4.jun.2019/Folhapress

Não era assim uma potência, ante os gigantes PMDB (108 deputados) e PFL (83 eleitos), mas uma agremiação robusta do segundo escalão. O partido reclamava mais espaço no governo Collor.

Quatro anos depois, escorraçado do poder com o presidente, o PRN estava reduzido a quatro deputados. Logo depois, desapareceu, virando mais um zumbi nanico a assombrar a vida política —hoje atende pelo nome de Partido Trabalhista Cristão e tem dois representantes na Câmara.

O PSL, outro nanico que abrigou uma improvável campanha presidencial em 2018 e virou uma das maiores sigla da Casa, parece que seguirá o rumo do PRN. A diferença é que seu comensal, Jair Bolsonaro, será o responsável pelo movimento sem ter caído em desgraça como Collor.

Para tentar isolar-se dos rolos do laranjal do

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/ministro-do-turismo-e-denunciado-pelo-ministerio-publico-no-caso-dos-laranjas-do-psl.shtml>)PSL (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/ministro-do-turismo-e-denunciado-pelo->

[ministerio-publico-no-caso-dos-laranjas-do-psl.shtml](#)), Bolsonaro deu a senha ao dizer nesta terça (8) para um apoiador que ele “esquecesse” a sigla [\(https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/esquece-o-psl-afirma-bolsonaro-ao-criticar-presidente-de-seu-partido.shtml\)](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/esquece-o-psl-afirma-bolsonaro-ao-criticar-presidente-de-seu-partido.shtml). O tamanho da sangria nos 53 deputados, que de resto se comportam como se estivessem num grupo de WhatsApp e não um partido, é algo a ver.

Coesão não há [\(https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/psl-decide-impulsar-deputado-alexandre-frota-apos-criticas-a-bolsonaro.shtml\)](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/psl-decide-impulsar-deputado-alexandre-frota-apos-criticas-a-bolsonaro.shtml). Todos reclamam, como na época do PRN, por espaço no governo. Membros se acusam mutuamente [\(https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/joice-fala-como-candidata-a-prefeita-de-sp-alfineta-doria-e-exalta-bolsonaro-brucutu.shtml\)](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/joice-fala-como-candidata-a-prefeita-de-sp-alfineta-doria-e-exalta-bolsonaro-brucutu.shtml), e alguns, como o líder no Senado, Major Olímpio (SP), compraram briga com os radioativos filhos do presidente. O que acontecerá após a implosão é incógnito e perigoso para Bolsonaro: poderão brotar homens-bomba com segredos inconvenientes a contar.

O caso é exemplar da política brasileira tão criticada pelo presidente. A geleia institucional em que o país está imerso é tão amorfa que a discussão hoje é sobre a conveniência de Bolsonaro fundar uma nova agremiação ou partir para a tradicional fusão de nanicos.

Ou se ele vira o jogo e toma o PSL para si. Ou, quem sabe como insinuou no começo da noite da quarta, deixe tudo como está.

Uma coisa é certa: o país continuará sem um partido conservador verdadeiro, com o nome sequestrado por gente que flerta com extremismos, como o tal congresso que irá discutir o tema em São Paulo neste fim de semana provará.

O fato é que, para Bolsonaro, tanto faz. Seu desprezo pelo jogo político é notório, e o preço de tal atitude começa a se fazer sentir. A reforma da Previdência só será aprovada, com toda a desidratação a que foi submetida, quando as faturas passadas pelo Senado forem enfim pagas.

Com o enterro na prática da mexida tributária mais ampla [\(https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/guedes-avalia-compensar-desoneracao-com-iva-maior-e-fim-de-beneficios-tributarios.shtml\)](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/guedes-avalia-compensar-desoneracao-com-iva-maior-e-fim-de-beneficios-tributarios.shtml), o próximo item na agenda é uma emergência, a crise fiscal

que ameaça quebrar estados em série pelo país e, ao fim, a federação como um todo.

A solução que o faz-tudo Rodrigo Maia (DEM-RJ) encontrou foi dar prioridade a um misto de burla com reforma, no caso a mudança de critérios da chamada regra de ouro e propostas para reduzir o gasto federal com o funcionalismo (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/bolsonaro-deve-enviar-nova-regra-de-ouro-e-reforma-de-servidores-nos-proximos-dias-diz-maia.shtml>).

A insolvência que ronda obriga medidas drásticas, não há dúvida. Mas elas, a depender da dose, podem levar a reações corporativas pesadas, e não é descabido antever greves e outros protestos. Aí fica a dúvida: se houver uma grande turbulência, as bancadas crescentemente alienadas pelo presidente irão assumir sozinhas o ônus de lidar com o problema?

Porque é duvidoso que um Bolsonaro tão intensamente radicalizado por motivos de estratégia eleitoral (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/igorgielow/2019/10/na-hq-da-politica-brasileira-bolsonaro-e-lula-dependem-um-do-outro.shtml>) tenha, ao fim, algum tipo de capacidade de articulação e liderança congressual. Novamente, o fardo cairá sobre Maia, que não tem vocação para coveiro de velório alheio.

Neste caso extremo, com impasse no Congresso e ruas convulsionadas, parece razoável supor a exacerbação dos pendores autoritários de Bolsonaro e o conseqüente teste da tal solidez das instituições. Como dito, é uma hipótese hiperbólica que nem leva em conta o Lula Livre desejado pelo presidente para alimentar sua base, mas se há uma coisa que a realidade política nos ensina é nunca duvidar do pior.

Igor Gielow

Repórter especial, foi diretor da Sucursal de Brasília da Folha. É autor de "Ariana".

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](#)

https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/igorgielow/2019/10/radicalizacao-de-bolsonaro-e-crise-fiscal-sugerem-impasse-perigoso.shtml>

Veículo: G1	
Data: 10/10/2019	Caderno: Economia



Reforma tributária: proposta do governo vai prever revisão de R\$ 100 bi em subsídios, diz secretário

Segundo Alexandre Manoel (Avaliação e Planejamento), valor não será necessariamente cortado, pois recursos poderão ser realocados. Proposta ainda será enviada pelo governo ao Congresso.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

10/10/2019 05h01 Atualizado há 5 horas

O secretário de Avaliação e Planejamento do **Ministério da Economia**, Alexandre Manoel, afirmou ao **G1** que a proposta de reforma tributária do governo vai prever a revisão até 2022 de cerca de R\$ 100 bilhões concedidos por meio de subsídios (renúncias fiscais).

A proposta deve ser enviada ao Congresso Nacional nas próximas semanas e, simultaneamente, a **Câmara dos Deputados** e o **Senado** já discutem **projetos de reforma tributária**. O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, tem dito que espera aprovar as mudanças **ainda neste ano**.

No ano passado, os subsídios concedidos pelo governo **corresponderam a 4,1% do Produto Interno Bruto** (PIB), chegando a R\$ 314 bilhões. Segundo o secretário Alexandre Manoel, a ideia é reduzir os incentivos nos próximos anos a 2% do PIB, percentual semelhante ao registrado em 2003.

De acordo com Manoel, a revisão de cerca de R\$ 100 bilhões em renúncias fiscais acontecerá durante os próximos três anos e a ideia é revisar cerca de R\$ 35 bilhões (0,5% do PIB) a cada ano. O secretário explica que a medida não representa, necessariamente, a eliminação dos subsídios.

Isso porque poderá ser feita a "realocação" de recursos, ou seja, o governo pode eliminar alguns subsídios, autorizar novos ou substituir alguns já existentes.

"Esse plano [revisão dos subsídios] vai ser apresentado junto com a reforma tributária. [...] O ministro está muito determinado a fazer a redução dos gastos tributários", afirmou.

Os gastos tributários mencionados pelo secretário consistem na perda de arrecadação do governo com a redução de tributos em caráter "compensatório" ou "incentivador" para setores da economia, regiões do país ou pessoas físicas.

Outros pontos em estudo

Na entrevista ao **G1**, o secretário afirmou também que a área econômica avalia eliminar parte dos benefícios fiscais relacionados a produtos da cesta básica, mas somente àqueles mais consumidos pela população de alta renda, como queijos, derivados de leite, peixes, aves e ovos selecionados.

A previsão é que o custo da chamada "reoneração", de R\$ 1,17 bilhão por ano, seja repassado ao Bolsa Família, o que poderia render R\$ 6,81 por família ao mês. Outro ponto estudado, de acordo com o secretário, é o fim das deduções para saúde no Imposto de Renda de pessoa física. A proposta é trocar o fim do benefício por uma redução da alíquota máxima do IR de 27,5% para 25%.

"Essa diminuição seria mais eficiente. Você não criaria uma exceção e aumentaria os recursos disponíveis. O contribuinte já pensa assim: 'Vou ter mais recursos já em janeiro', pois quando diminui a alíquota, o efeito é imediato", declarou Alexandre Manoel.

Comitê de Monitoramento

Além da proposta de revisão dos benefícios fiscais, o secretário ressaltou que o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União realizará avaliações periódicas dos benefícios existentes. Segundo ele, esse órgão, atuará de forma paralela ao governo na avaliação.

"Comitê é um órgão de Estado. Vai para além do governo. Vão ser coisas paralelas. O que o governo vai mandar na reforma tributária é outra coisa. É um projeto de governo", explicou. As recomendações do comitê, para manutenção, redefinição ou extinção de programas, serão encaminhadas ao Congresso Nacional.

Em 2019, estão sendo **avaliados pelo comitê**, entre outros:

- Programa de Financiamento Estudantil (Fies);
- Zona Franca de Manaus (ZFM);
- Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger).
-

A escolha dos programas a serem avaliados nos próximos anos, disse o secretário, se dará com base em diretrizes do Plano Plurianual (PPA): materialidade, relevância e criticidade.

Negociações com o Congresso

A redução de benefícios fiscais tende a gerar tensão no Congresso Nacional. No ano passado, por exemplo, o governo tentou cortar benefícios do setor de refrigerantes, **mas houve resistência** e revisão desse plano.

Na discussão da reforma tributária que tramita na Câmara dos Deputados, os estados defendem, ao contrário da proposta inicial, do economista Bernard Appy, do Centro

de Cidadania Fiscal (CCiF), a manutenção de um **"tratamento diferenciado"** para a Zona Franca de Manaus.

Alexandre Manoel, do Ministério da Economia, disse que mais de 90% dos benefícios fiscais existentes precisam de alterações de lei para que possam ser extintos ou alterados.

Ele não falou sobre programas específicos, mas afirmou que a área econômica acredita muito no "poder da informação". Segundo o secretário, serão encaminhados ao Legislativo resultados de estudos sobre os benefícios fiscais e os impactos na geração de empregos e na economia.

"A gente acredita que a sociedade entendendo, e os parlamentares que estão lá, que todo mundo está pagando a conta por uma coisa que muitas pessoas estão falando que não funciona, que poderá haver uma maior sensibilidade não só de cortar, mas de realocar", disse.

Impacto nas contas

O governo prevê que as renúncias fiscais deverão custar aos cofres públicos R\$ 331 bilhões em 2020, o equivalente a 4,19% do PIB.

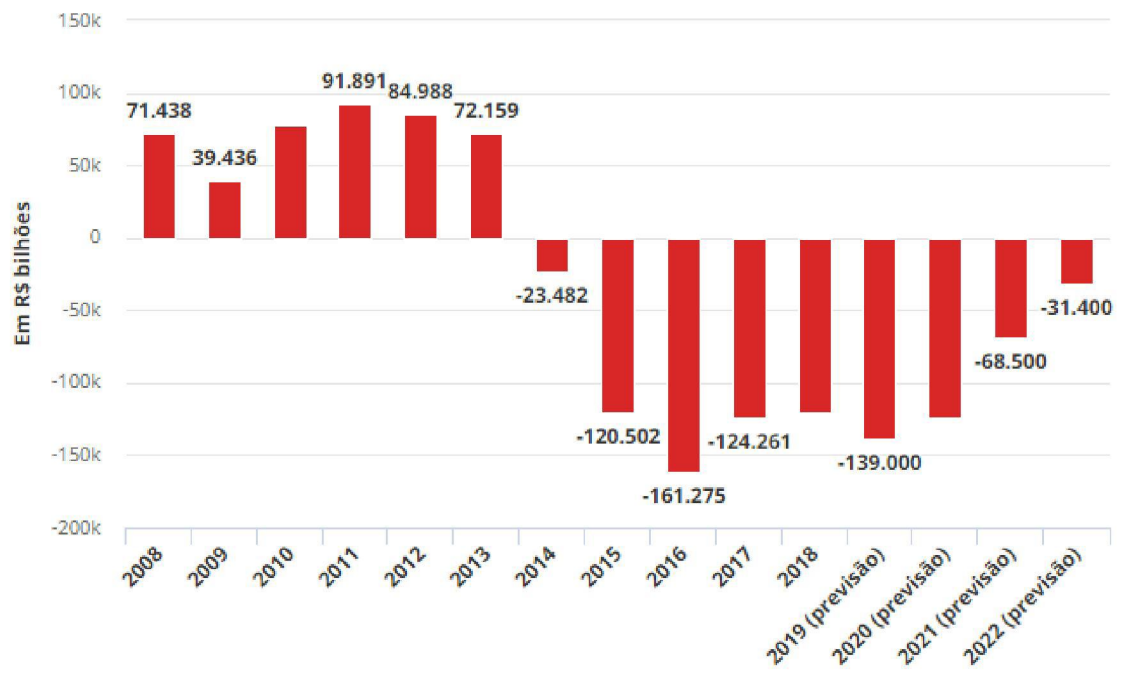
Esse valor fica próximo dos gastos do governo com a folha de pessoal e supera todas as despesas com saúde e educação (incluindo gastos com pessoal), seguro-desemprego, abono salarial e investimentos, que, juntos, estão estimados em R\$ 298 bilhões em 2020.

A redução de benefícios fiscais é uma estratégia do governo que se soma à reforma da Previdência Social para melhorar as contas públicas, que vêm registrando déficit (despesas maiores do que receitas) desde 2014.

No ano passado, o rombo foi de R\$ 120 bilhões e, para 2019, a meta é de um resultado negativo de até R\$ 139 bilhões (*veja no gráfico abaixo*):

Contas do governo

Resultados dos últimos anos



Fonte: Tesouro Nacional

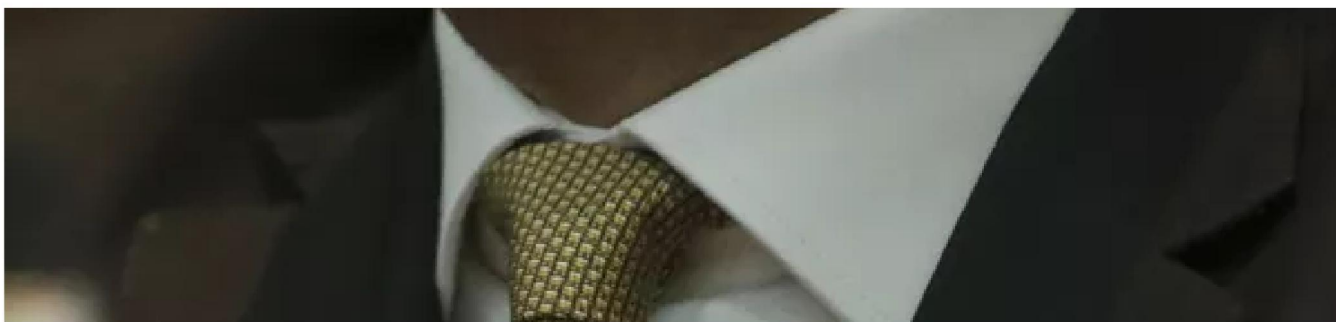
Banco Mundial aponta urgência de uma reforma administrativa

Estudo sugere medidas para conter gasto com folha salarial na União e nos Estados

Por Fabio Graner e Mariana Ribeiro — De Brasília

10/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

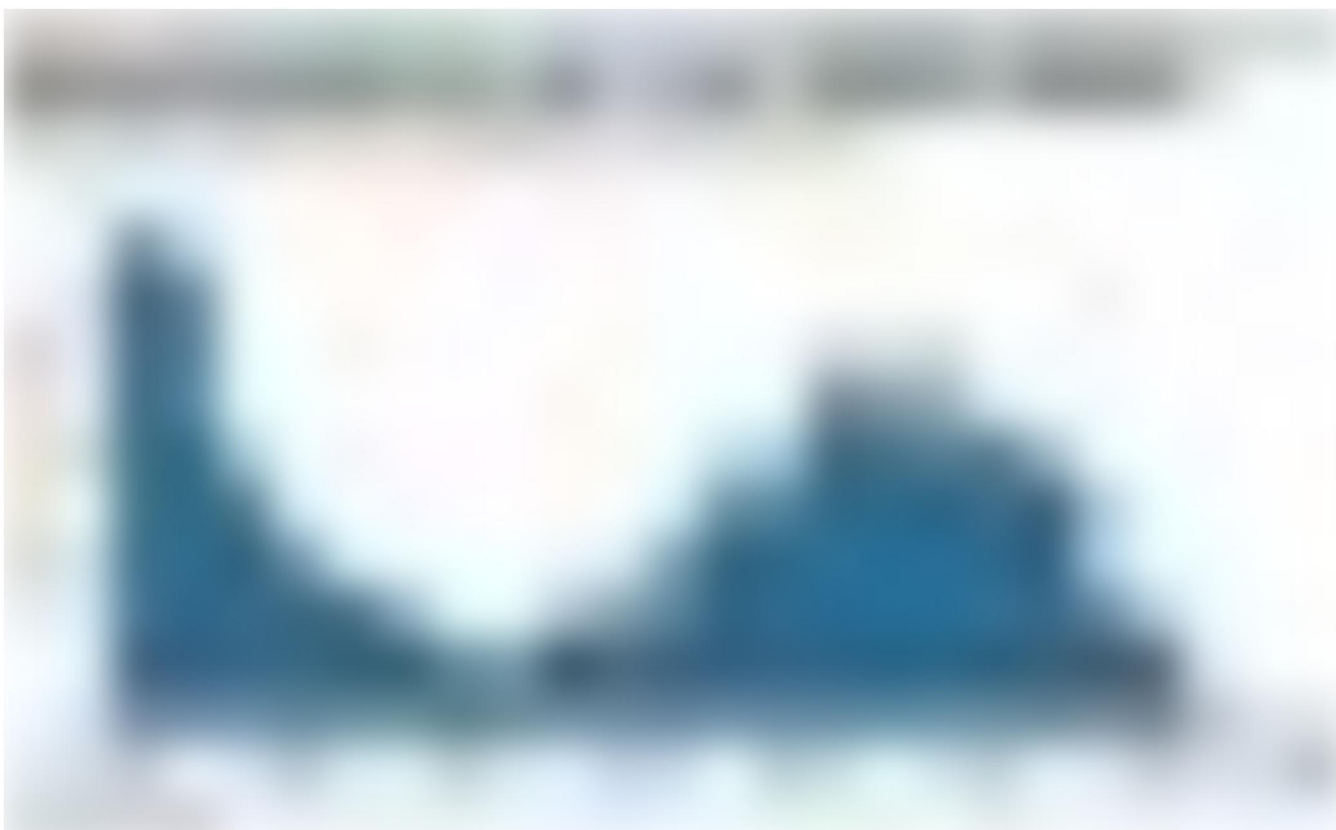




Paulo Uebel: sociedade não confia no serviço público e servidor está desmotivado — Foto: José Cruz/Agência Brasil

O Banco Mundial apresentou estudo que reforça o arsenal de argumentos do governo federal para em breve enviar ao Congresso um projeto de reforma administrativa. A pesquisa “Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público: O que os dados dizem?”, divulgada ontem, mostra uma série de problemas que afligem a gestão da folha de pagamentos, mas aponta que o elevado volume de aposentadorias nos próximos anos representa uma “janela de oportunidade” para corrigir distorções, como excesso de carreiras e elevados salários de entrada no serviço público.

A área técnica do governo compartilha da leitura de que o grande volume de aposentadorias esperadas para os próximos anos será uma grande chance para mudar o desenho do funcionalismo.



Segundo o Banco Mundial, a previsão é de que 26% dos servidores federais se tornarão inativos até 2022, e 40%, até 2030. “Reformas que reestruturem o sistema de carreiras e racionalizem o número de carreiras existentes têm custo menor de transição e apresentam maiores ganhos fiscais”, disse Daniel Ortega, especialista sênior em governança do Banco Mundial e coordenador da pesquisa.

A partir do diagnóstico de que governo federal e Estados gastam muito com as folhas de pagamento, principalmente devido às regras salariais, o estudo propõe uma série de mudanças de regras. Boa parte das sugestões já vinha sendo considerada pelo governo.

Sem entrar no mérito, o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, disse na cerimônia de lançamento do relatório que a reforma administrativa a ser proposta será apresentada ainda neste mês. O governo aguarda a aprovação final da reforma da Previdência, já que o assunto é espinhoso e polêmico.

Uebel afirmou que a sociedade não confia no serviço público e que os servidores se sentem desmotivados. Destacou que a folha de pagamento é o segundo maior gasto do governo e que a entrega é considerada ruim em áreas básicas. “Nós, servidores públicos, precisamos ter o compromisso de resgatar a confiança da sociedade.”

O secretário destacou ainda que o texto manterá todos os direitos adquiridos pelos atuais servidores. As novas regras valeriam apenas para novos funcionários.

Para o Banco Mundial, a “contratação de novos servidores deve estar associada a uma rigorosa estratégia de planejamento de força de trabalho, à medida que servidores ativos se aposentam e não de acordo com pressões sindicais”.

O estudo reconhece as dificuldades políticas e legais para mexer na estrutura de gastos com pessoal. “Despesas de pessoal são tipicamente incompressíveis no curto prazo por conta da estabilidade de servidores públicos e da impossibilidade de se reduzir salários”, diz. Ainda assim, o texto aponta caminhos também para conter a despesa com servidores da ativa.

“Como o prêmio salarial do setor público é significativo, há espaço para implementar políticas de revisão salarial como, por exemplo, via reposição pela inflação. Essa reposição diminuiria a diferença salarial entre o setor público e o privado e geraria economias significativas de curto, médio e longo prazos”, sugere. Uma das simulações mostra que o governo poderia reduzir em R\$ 200 bilhões os gastos até 2030 se, por três anos, não fizer qualquer aumento extraordinário, realizar apenas a correção pela taxa de inflação e tiver taxa de reposição de 90% dos funcionários que se aposentarem.

O texto propõe medidas estruturais para a União e Estados, como o aumento no intervalo de progressões (promoção) nas carreiras, ampliando o tempo para chegada ao topo de remuneração. “[Isso] constitui importante opção de política pública, especialmente nos entes em que o intervalo é muito curto e os reajustes concedidos são generosos. Em alguns Estados, progressões são concedidas de dois em dois anos e apresentam reajustes que podem superar 30%”, diz o texto.

“Conseqüentemente, servidores atingem o topo da carreira muitos anos antes de adquirirem requisitos para a aposentadoria. E há o aumento da desigualdade entre as carreiras, já que algumas apresentam reajustes consideravelmente superiores aos de outras.”

Para o Banco Mundial, a reforma administrativa precisa passar por uma análise de áreas em que há inchaço, reduzindo a taxa de reposição de servidores. “Por exemplo, espera-se que a população em idade escolar caia 3,7% nos próximos dez anos, o que significa que os entes federados terão mais espaço para reduzir a taxa de reposição de professores, especialmente os que apresentam menores taxas de natalidade”, diz o texto. “

Outra sugestão é reduzir número de carreiras. “O governo federal tem atualmente mais de 300 carreiras, a maior parte delas associada a um órgão ou entidade específicos, dificultando a mobilidade dos servidores. A flexibilização permitiria a mobilidade de servidores entre órgãos e a ampliação da gama de atividades em que eles poderiam ser alocados, diminuindo a necessidade de concursos.”

Com fundo, braço privado do BID quer dobrar investimentos no Brasil

Ideia é aproveitar ausência do setor público nos investimentos em infraestrutura para acelerar desembolsos ao país

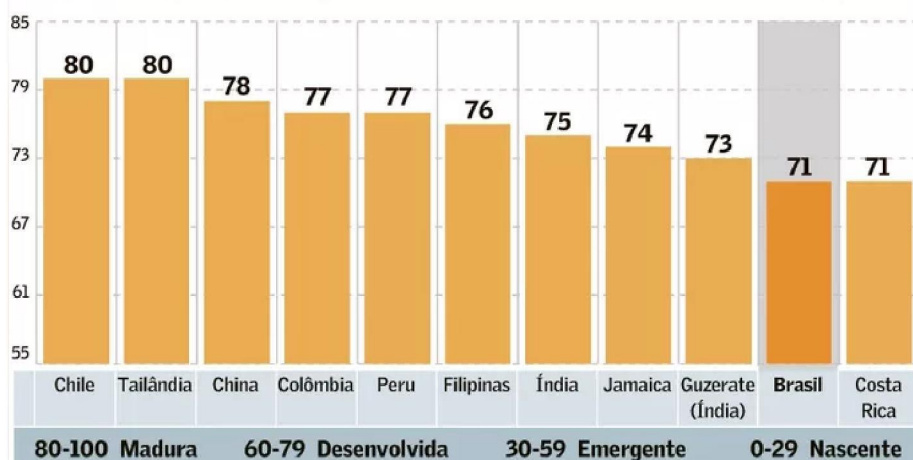
Por Anaís Fernandes — De São Paulo

10/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

Regras falhas

Regulação é entrave para setor privado entrar em infraestrutura no Brasil

Capac. dos países* de implementar boas PPPs em infraestrutura, em pontos



Clima de investim. e negócios



Financiamento

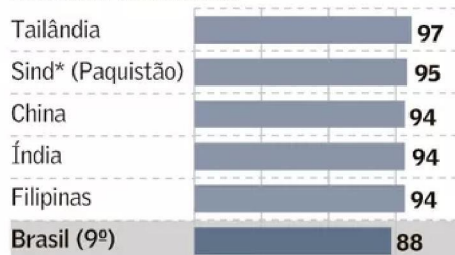


Ranking por subcategorias

Regulação



Estrutura institucional



Maturidade operacional



Fonte: Infracope 2019. *Estudo analisou 65 países em desenvolvimento e duas províncias

O BID Invest, braço do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) voltado ao setor privado, quer aproveitar a janela de oportunidade criada pela ausência do setor público nos investimentos em infraestrutura para acelerar seus desembolsos ao Brasil, de olho sobretudo na área de saneamento.

Por ano, o BID Invest financia cerca de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 6 bilhões) em infraestrutura, segundo Javier Rodríguez de Colmenares, chefe da divisão de infraestrutura e energia da entidade. Nos últimos anos, por volta de US\$ 300 milhões (R\$ 1,2 bilhão) ao ano têm sido destinados ao Brasil, o principal mercado do banco no segmento.

PUBLICIDADE

O plano, diz Colmenares, é manter o volume atual de empréstimos do BID Invest, além de colocar mais R\$ 1 bilhão ao ano até 2022 com ajuda do fundo de crédito B2 Infra, que está sendo criado em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Deve ser um fundo de R\$ 3 bilhões, então seria comprometer cerca de R\$ 1 bilhão ao ano nesse fundo e mais R\$ 1,2 bilhão do banco a partir de 2020, fazendo um total de cerca de R\$ 6,6 bilhões até 2022”, diz Colmenares.

A instituição lança hoje, durante o Fórum de Investimentos Brasil, em São Paulo, estudo mapeando oportunidades de Parcerias Público-Privadas (PPPs) em infraestrutura no país.

Nos últimos anos, o BID Invest tem sido mais ativo no Brasil no setor de energia, principalmente em geração elétrica renovável e a partir de gás natural. Agora, quer estar “onde o mercado não chega”. “Se o mercado absorve muito bem, como tem sido, as concessões de aeroportos, não precisamos ir lá. Mas somos necessários em novas concessões portuárias e no saneamento. E devemos continuar em transporte”, diz Colmenares.

O BID Invest demonstra especial interesse pela área de saneamento, porque a situação fiscal apertada de muitos Estados e municípios, que fazem a gestão de água e esgoto, deve alimentar rodadas de concessões e privatizações. O setor privado aguarda, no entanto, o desenrolar do projeto de lei que altera o marco regulatório do saneamento, em tramitação no Congresso.

“O BID Invest pode apoiar muito os Estados que têm menos capacidade de lançar concessões, projetar PPPs. Tem uma agenda de privatizações estaduais em água e saneamento, e a gente está se posicionando para poder explorar”, afirma Colmenares.

Ele diz ver mais espaço de atuação para o banco no Brasil nos dois governos recentes - de Michel Temer e Jair Bolsonaro. “Eles focam muito em, de um lado, fazer a consolidação fiscal e diminuir a presença do Estado, mas, por outro, precisam empurrar a agenda de infraestrutura.”

No estudo, o BID Invest observa que, para eliminar o déficit de investimentos no setor, o país precisaria investir uma média anual de US\$ 110 bilhões até 2040. “A solução é aumentar o capital privado”, diz Colmenares.

Para isso, é preciso enfrentar dois grandes gargalos, segundo o executivo. Um é o risco cambial. “Ativos de infraestrutura no Brasil são todos nomeados em moeda local. Se você olhar para o entorno, Chile, Peru, Colômbia, México, no setor de energia, por exemplo, os ativos são nomeados em dólar. Aí vai ter muita movimentação de capital internacional.”

Para Colmenares, o governo precisa avançar em facilidades que melhorem a liquidez do mercado de swaps. Além disso, ele prossegue, é necessário oferecer coberturas parciais de risco. “Se você tem uma rodovia em que as receitas são em reais, mas a empresa tem parte do seu financiamento em dólar, tem de se pensar em estruturas para anualmente ajustar o equilíbrio financeiro da concessão em função da depreciação do real”, afirma. Segundo ele, esse “reequilíbrio” não precisa ocorrer via aumento de tarifas ao consumidor, mas alongando o prazo da concessão.

Colmenares cita ainda a possibilidade de grandes consumidores com receita em dólar poderem contratar energia dos fornecedores no chamado “mercado livre” também em moeda estrangeira.

O segundo grande gargalo é o regulatório. “Você tem regulações que não são claras, que às vezes são contrárias umas às outras. O que precisa não é ter menos regulação, mas um marco melhor.”

O Brasil está em 10º no Infrascopes 2019, ranking da Economist Intelligence Unit com o BID, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento e a americana Corporação para os Desafios do Milênio (MCC). O ranking classifica a capacidade de países em desenvolvimento de implementarem boas PPPs em infraestrutura.

Apesar da boa colocação geral, o Brasil aparece em 30º na categoria “regulação”, ganhando apenas, entre os pares sul-americanos, da Venezuela. Compreender a lei brasileira é difícil especialmente no setor de saneamento, diz Colmenares. “Como a competência é transferida aos Estados, há diversas agências regulando o serviço. Como você terá um setor atrativo ao investidor internacional quando há tantos reguladores diferentes e não necessariamente parecidos?”

Sobre mudanças na legislação ambiental - tema caro ao governo Bolsonaro -, Colmenares diz que as ações não devem ser no sentido de reduzir requisitos socioambientais para obras, mas de “fazer o mecanismo andar”. “O Brasil tem uma agência ambiental que é das melhores da região. O Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente] tem capacidade técnica muito solvente. O que poderia melhorar são os tempos para a concessão de licenças”, afirma.

Guedes diz ver condição para corte de juros

Para ministro, inflação baixa “mostra que está tudo sob controle”

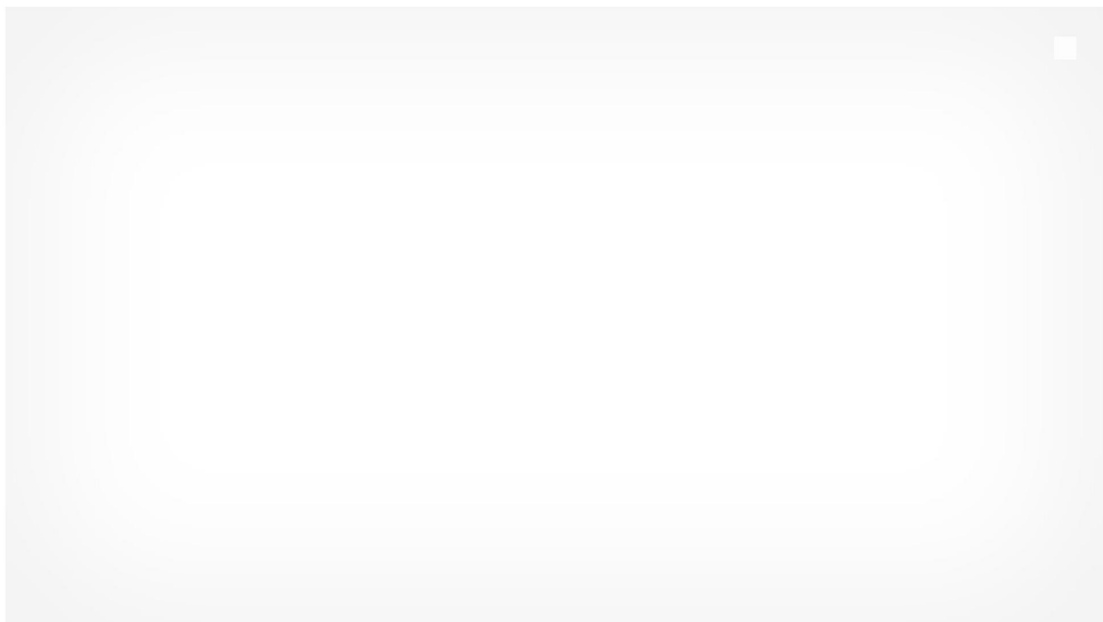
Por Anaís Fernandes — De São Paulo

10/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

A inflação baixa é benéfica ao Brasil, abre espaço para redução de juros e “mostra que está tudo sob controle”, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, a jornalistas ontem em São Paulo.

No mesmo dia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) havia informado que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou deflação de 0,04% em setembro.

PUBLICIDADE



“Inflação baixa é bom, quer dizer quer o Brasil tem condição de baixar juros”, afirmou Guedes. “O que está acontecendo é que a economia está voltando a crescer e com a inflação baixa.”

No mês passado, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, reduziu a taxa de juros de 6% para 5,5% ao ano e sinalizou que a trajetória de queda deve continuar. As indicações do BC se somaram a um cenário de desaceleração econômica no exterior e levaram a maior parte dos analistas a apostar em juro abaixo de 5% ainda neste ano.

Guedes disse ainda que o governo está na expectativa de o Senado aprovar as mudanças na Previdência, “que parece que está andando direitinho”, para entrar na próxima fase de reformas, sobre o pacto federativo. “A reforma administrativa é um capítulo desse plano maior.” A equipe estuda mudanças na carreira dos servidores.

Questionado se a mais recente crise do presidente Jair Bolsonaro com seu partido, o PSL, atrapalhava o andamento da agenda econômica, Guedes disse: “Eu não sei nada de política, troca de partido, essas coisas”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Aliexpress
MELIUZ

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43
R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Minas envia projeto a Assembleia para vender estatal

Zema diz que foi primeiro passo de um plano mais amplo de privatizações

Por **Marcos de Moura e Souza** — De Belo Horizonte

10/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo de Minas Gerais encaminhou ontem à Assembleia Legislativa projeto de lei que propõe a privatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), dona de direitos de parte de uma mina responsável pela maior produção de nióbio do mundo.

O governador Romeu Zema (Novo) afirmou que esse é o primeiro passo de um plano mais amplo de privatizações. “Nossa intenção é privatizarmos todas as empresas de Minas”, disse acrescentando que as próximas da lista são Cemig, Copasa e Gasmig.

A Cemig é uma das maiores empresas de energia elétrica do país. Segundo o **ValorPRO**, o serviço de informações em tempo real do **Valor**, o valor de mercado da elétrica era de R\$ 20,9 bilhões. Já a Copasa (de saneamento) estava avaliada em R\$ 8,2 bilhões. A distribuidora de gás Gasmig não tem ações em bolsa. O plano de venda da estatais tem como objetivo viabilizar a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), do governo federal.

Desde o início do mandato, em janeiro, Zema defende que o RRF é a única saída viável para Minas equilibrar as contas deixar um quadro de severa crise fiscal, que se arrasta há alguns anos. O Orçamento do Estado está no vermelho desde 2015 e deve fechar este ano com déficit de R\$ 15 bilhões.

Se formalizar a adesão ao RRF, Minas ficará por três anos sem pagar serviço da dívida que tem com a União. Isso significaria que o Estado deixaria de pagar cerca de R\$ 8 bilhões por ano à União, facilitando o equilíbrio das contas. Mas, para aderir ao regime, o Estado precisa reduzir gastos com funcionalismo e privatizar empresas. O único Estado que já aderiu ao RRF é o Rio de Janeiro.

Segundo Zema, não ainda há ainda um cronograma definido sobre quando serão enviados à Assembleia os próximos projetos de privatização. “A Assembleia já tem uma série de pautas importantes hoje e não queremos sobrecarregá-la mais”, disse. “Vamos na velocidade que eles pedirem.” Mas acrescentou: “Não podemos é delongar um, dois anos”.

Zema não tem maioria na casa e os projetos no âmbito do RRF serão o primeiro grande teste da capacidade política do governo.

O Executivo enviou ontem mais dois projetos, além do da Codemig. Um deles pede aval dos deputados para a adesão ao RRF; outro pede autorização para que o Estado tente vender no mercado financeiro papéis lastreados em recebíveis da Codemig. Com essa operação, o governo espera levantar de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões e, assim voltar a pagar em uma única parcela o salário dos servidores e ter caixa para honrar o 13º salário deste ano.

Ao privatizar a Codemig, o Estado abrirá mão de direitos minerários de uma grande mina de nióbio, localizada no município de Araxá, oeste de Minas, afirmou ao **Valor** o secretário de Planejamento, Otto Levy.

Os direitos sobre outra parte da mina pertencem à Companhia Brasileira de Metalúrgia e Mineração (CBMM), que é controlada pela família Moreira Salles, sócia do Itaú Unibanco. Pela sociedade, a Codemig recebe 25% da receita que a CBMM auferir com a venda de nióbio - a fatia paga ao Estado neste ano deverá ficar em R\$ 1 bilhão.

Salário médio do servidor federal é o dobro do setor privado

Funcionalismo da união ganha 96% acima das funções equivalentes, enquanto Estados pagam em média 36% mais

Por **Fabio Graner** — De Brasília

10/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

O servidores públicos federais têm salário, em média, 96% superior ao praticado no setor privado. Nos Estados, o chamado “prêmio salarial” é menor, da ordem de 36%, mas ainda bem acima do praticado internacionalmente. Somente os funcionários das prefeituras têm, na média, salários alinhados com o setor privado. Esse quadro leva a um excessivo gasto com pessoal no setor público.

As constatações são do Banco Mundial no estudo “Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público: O que os dados dizem?”. Feito a pedido do governo brasileiro no ano passado, o material aponta que a questão salarial é o principal fator para que a despesa com pessoal no Brasil seja elevada, mesmo com um número de servidores públicos relativamente baixo em termos proporcionais.

O texto mostra que, em 2017, as três esferas de governo pagaram R\$ 725 bilhões, o equivalente a mais de 10% do PIB, para 11,5 milhões de funcionários públicos, montante equivalente a cerca de 20 vezes o que se gasta com o programa Bolsa Família.

“Em termos comparativos, o gasto do setor público brasileiro com folha de pagamento é alto para os padrões internacionais e o número de funcionários públicos no Brasil não é extraordinariamente alto”, destacou o coordenador do relatório e especialista sênior em governança do Banco Mundial, Daniel Ortega.

Como os municípios estão com sua folha de pagamentos em geral alinhada ao setor privado, na verdade até um pouco abaixo, a média nacional de gasto com servidores aponta um “prêmio” da ordem de 20%, dentro do padrão internacional. “O governo federal emprega cerca de 12% dos servidores públicos do Brasil e seus gastos com salários e vencimentos correspondem aproximadamente a 25% do valor gasto por todas as esferas de governo em conjunto”, explica.

Segundo o Banco Mundial, o principal propulsor do crescimento da folha de pagamentos do setor público entre 2008 e 2018 foi o movimento de reajustes superiores à inflação. “Nesse período, o salário médio de servidores públicos federais e estaduais cresceu à taxa de 1,8% e 2,8% ao ano (a.a.) em termos reais, respectivamente. Os reajustes concedidos, mesmo em períodos de queda da arrecadação, resultaram em prêmio salarial para essas esferas de governo”.

Apesar de na média os números serem perturbadores, vale ressaltar que nem todos os servidores recebem altos vencimentos. Cerca de 20% dos funcionários do governo federal têm salários de até R\$ 5 mil, e 46%, até R\$ 8 mil. Enquanto isso, 21,8% recebem acima de R\$ 15 mil, sendo que 1% está inclusive acima do teto definido pelo salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 33,8 mil. “Existem algumas carreiras e servidores com benefícios acima da média que levam a esses números.”

O material mostra ainda que, desde 1995, as despesas com servidores do Poder Judiciário tiveram a alta mais expressiva, passando de 7,3% para 13,8% do total de gastos com o funcionalismo federal.

Além do custo alto, a folha de pagamentos da União e do Estados é de difícil gerenciamento, com muitas rubricas de despesa, carreiras com altos salários iniciais e médios e generalização da remuneração por desempenho, o que não estimula maior produtividade.

“Várias carreiras têm números elevados de servidores no último nível e a progressão ocorre rapidamente e de forma irrestrita”, diz o texto explicando que os dados analisados mostram que, em algumas carreiras, o tempo necessário para se atingir o último nível delas é de apenas dez anos. “Além disso, muitas têm um percentual muito grande de servidores em seu último nível, o que sugere que a progressão não necessariamente tem relação com desempenho”, diz.

Ortega destacou também que foram encontradas no governo federal 179 modalidades de gratificação. “Quando há gratificação por desempenho, praticamente todos recebem, mais de 90% dos servidores receberam”, disse, destacando que até aposentados e pensionistas são beneficiados, algo sem sentido.

“É necessária a revisão e racionalização de tais benefícios, incorporando ao salário-base benefícios que vão para a aposentadoria e tornando mais transparentes as diversas rubricas de pagamento dos servidores públicos federais”, defende o texto. Outro problema é a pouca distância entre o piso e o topo de rendimento em determinados grupos de servidores.

O documento também joga luz sobre as folhas salariais dos Estados, apontando que elas tiveram uma trajetória de acentuado crescimento desde a década passada e muitos estão superando o limite de 60% da receita com gasto pessoal, definido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). E destaca que mais da metade dos Estados brasileiros apresenta situação fiscal crítica e sete deles já decretaram estado de calamidade financeira.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Aliexpress
MELIUZ

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43
R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!